



Stuart Hall e o trabalho das representações

Heloise Chierentin Santi¹

Uilso Junior Chierentin Santi²

Resumo

Partimos, nesse trabalho, do entendimento da cultura e do exercício da linguagem como um circuito que tem no conceito da representação a sua centralidade. Essa relação é explicitada por Hall (1997) na obra *The work of representation* e embasa o estudo que ele desenvolve sobre as representações. No livro, além de uma contextualização acerca das principais influências teóricas sobre o conceito, o autor agrega uma série de análises empíricas. O texto a seguir apresenta uma breve análise daquilo que percebemos como fundamental nos cinco capítulos que guardam a discussão que Stuart Hall propõe acerca do conceito de representação.

Palavras-chave: *Representações sociais; Processos de significação; Processos jornalísticos.*

Introdução

A percepção das práticas culturais enquanto um modelo de circuito, conforme Johnson (1999), apresentado como um esquema fundamental para a análise dos fenômenos contemporâneos, através da e para a corrente dos Estudos Culturais, tem no conceito de representação uma centralidade. Assim, é a conjugação entre diferentes instâncias – produção, consumo, regulação, representação, identidade – que vai determinar a circularidade de valores simbólicos que regem a atividade e o processo de significação dos diversos campos sociais.

Toda implicação, do entendimento da cultura ao exercício da linguagem, dessa forma, é explicitada inicialmente por Hall (1997) na obra *The work of representation* para

¹ Acadêmica do Curso de Jornalismo no Centro de Educação Superior Norte – RS (CESNORS/ UFSM)-
hchsanti@yahoo.com.br;

² Professor substituto na Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e mestrando em Comunicação Social pela UFSM, área de concentração Comunicação Midiática, linha de pesquisa Mídia e Identidades Contemporâneas - vjrsanti@yahoo.com.br.

embasar o estudo que ele desenvolve sobre as representações. No livro, além de uma contextualização acerca das principais influências teóricas sobre a discussão do conceito, o autor agrega aos debates uma série de análises empíricas, em que interpreta os sentidos em função das premissas do que poderíamos qualificar como uma teoria particular das representações sociais.

Uma das afirmações imperativas à reflexão de Hall (1997) é a consideração da cultura enquanto conjunto de valores ou significados partilhados. Há, nesse momento, uma importante lembrança do autor sobre o debate que envolveu a definição do conceito de cultura historicamente, sendo inicialmente apreendido como o conjunto de grandes idéias de uma época (remetendo à noção de erudição), para a seguir ser visto como o conjunto de atividades populares genuínas (remetendo à noção de autenticidade e rusticidade), mas também estruturando uma oposição entre essas duas concepções, passando-se a conceituar, segundo suas especificidades, alta cultura e cultura popular.

A chamada “virada cultural” foi responsável por uma revisão e até mesmo por uma renovação teórica, a partir da evolução da definição antropológica da cultura, como a caracterização de um determinado modo de vida comum a um grupo ou a uma época. O entendimento, portanto, da cultura com ênfase no significado, na importância da formação de um senso comum, a partir de um conjunto de práticas estruturado pela produção e intercâmbio de significados, será central para o exame do conceito de representação.

A concepção de cultura como um conjunto de significados partilhados é a origem do raciocínio de Hall (1997) sobre o funcionamento da linguagem como processo de significação. Se a linguagem atribui sentido, conforme lembra o autor, os significados só podem ser partilhados pelo acesso comum à linguagem, que funciona como sistema de representação. Portanto, a representação através da linguagem é central para os processos pelos quais é produzido o significado.

Segundo Hall (1997), é através do uso que fazemos das coisas, o que dizemos, pensamos e sentimos – como representamos – que damos significado. Ou seja, em parte damos significado aos objetos, pessoas e eventos através da estrutura de interpretação que trazemos. E, em parte, damos significado através da forma como as utilizamos, ou as integramos em nossas práticas do cotidiano.

É justamente a investigação sobre a forma como se constrói o significado que mobiliza a análise de Hall (1997) sobre o conceito de representação. Ele lembra que os significados culturais não estão na cabeça, têm efeitos reais e regulam práticas sociais. O

reconhecimento do significado faz parte do senso de nossa própria identidade, através da sensação de pertencimento. Os sinais, por sua vez, possuem significado compartilhado – representam nossos conceitos, idéias e sentimentos de forma que outros decodifiquem ou interpretem mais ou menos do mesmo jeito. Dito de outra forma, as linguagens funcionam através da representação: elas são sistemas de representação.

Essa é uma visão diretamente atrelada à “virada cultural” nas ciências sociais e humanas, relacionada a uma abordagem socioconstrucionista, onde a representação é concebida como importante para a própria constituição das coisas. Muito além de existirem em si mesmos, os objetos, pessoas e eventos só adquirem significado mediante uma representação mental que lhes atribui um determinado sentido sociocultural. Esse é um processo, portanto, não somente no plano do pensamento, mas como reitera Hall (1997), atua sobre a regulação das relações e sobre a própria prática social.

A distinção entre uma concepção discursiva e semiótica na análise da linguagem é um fator explicitado também como decisivo para o debate. Essa distinção será tratada detalhadamente a seguir. A abordagem discursiva é priorizada por Hall (1997) em função da sua preocupação com os efeitos e conseqüências da representação – como o conhecimento produzido pelos discursos incide sobre as condutas, a formação ou a construção de identidades incide sobre a interpretação em determinadas épocas históricas.

Se é através de nosso sistema de representação que são delimitados os significados, e estes são produzidos através da linguagem, alguns recursos serão prioritários para a interpretação com que o autor tentará desvendar sentidos possíveis. Nesse ponto, a linguagem visual será um dos aspectos explorados por Hall (1997) em vários exemplos, principalmente para o estudo da construção de estereótipos.

O autor ressalta que a representação só pode ser adequadamente analisada em relação às verdadeiras formas concretas assumidas pelo significado, no exercício concreto da leitura e interpretação; e tal requer análise dos verdadeiros sinais, símbolos, figuras, imagens, narrativas, palavras e sons – as formas materiais – onde circula o significado simbólico. Os exemplos, segundo ele, estabelecem uma oportunidade para se exercitar essas habilidades analíticas e aplicá-las a tantas outras instâncias semelhantes que nos cercam na vida cultural diária.

Contudo, há uma ressalva imprescindível à realização dessa análise: não há resposta única e, mais do que isso, correta para o significado de uma imagem, mas sim uma interpretação plausível, ainda que não isenta à transformação. Pois, para Hall (1997) o

significado não é direto nem transparente e não permanece intacto na passagem pela representação. Ele está sempre sendo negociado e inflectido, para ressoar em novas situações.

A linguagem, por consequência, é o espaço cultural partilhado em que se dá a produção de significados através da representação. Não há, portanto, uma maneira única de apropriar-se da linguagem como pertencente exclusivamente ao remetente ou ao receptor: os códigos só funcionam se são partilhados, pelo menos na medida em que tornem possível a tradução entre os falantes.

Devemos aprender, portanto, a considerar o significado menos em termos de exatidão e verdade e mais em termos de efetivo intercâmbio – um processo de tradução, que facilite a comunicação cultural enquanto sempre reconheça a persistência da diferença e do poder entre os diferentes falantes dentro do mesmo circuito cultural.

Após essas considerações introdutórias o texto a seguir apresenta uma breve recapitulação daquilo que percebemos como fundamental nos cinco capítulos que guardam a discussão que Hall (1997) propõe acerca do conceito de representação.

Representação, significado e linguagem

Para examinar as práticas de representação, Hall (1997) de imediato lembra que a representação liga o significado e a linguagem à cultura. Para ele, representar é usar a língua/linguagem para dizer algo significativo ou representar o mundo de forma significativa a outrem. A representação é parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e intercambiado entre os membros de uma cultura. Ou, de forma mais sucinta, como veremos a seguir, representar é produzir significados através da linguagem. Descrever ou retratar, junto a simbolizar e significar.

Ao sugerir uma análise simples, de imaginar um objeto à nossa volta e tentar remeter-se novamente a este objeto sem sua presença, Hall (1997) caracteriza a noção de que a representação é a produção do significado, do conceito, em nossa mente através da linguagem, muito adiante da existência de fato ou da observação empírica.

Daí decorre, segundo o autor, que convivem na representação dois tipos de processos: o primeiro ligado aos sistemas de correlação a um conjunto de representações mentais que possuímos; o segundo relacionado à linguagem que possibilita a existência de um mapa conceitual partilhado, através do qual possamos representar ou intercambiar significados ou conceitos.

Há, portanto, conforme Hall (1997) um processo mental e de tradução para o sistema em que fomos ensinados a referir o mundo, as pessoas e os eventos – é a construção de signos. Estes signos significam ou representam os conceitos e as relações conceituais entre estes que levamos em nossas mentes e que juntos compõem os sistemas de significação de nossa cultura.

A noção de arbitrariedade nesse momento faz-se importante para a compreensão do funcionamento desse sistema: a relação entre o signo, o conceito e o objeto a que nos referimos é arbitrária porque esta corresponde à determinada construção social aceita e reconhecida como tal, embora pudesse ter sido estabelecida de outra forma completamente adversa. Exemplificando: a palavra árvore é assim entendida em português como referente a uma planta, por convenção historicamente determinada, mas poderia ser representada por outra palavra qualquer, assim como os demais objetos, eventos ou pessoas. Pois, segundo Hall (1997) o significado não está no objeto, nem na pessoa, nem na coisa, nem mesmo na palavra. Somos nós que estabelecemos o significado de forma tão determinada que, em seguida, ele vem parecer natural ou inevitável.

Está é a forma objetiva porque nos tornamos, desde crianças, sujeitos culturais: tal conhecimento não está inscrito em nossa genética, mas é o que permite que convivamos em nossa cultura como seres dotados das mesmas capacidades de expressão e comunicação. A principal conclusão dessa reflexão é que o significado não é inerente às coisas do mundo. Ele é construído, produzido: é o resultado de uma prática de significações, que faz as coisas significarem.

Hall (1997) fala ainda de três teorias que abordam a discussão da representação: a reflexiva, a intencional e a construcionista. Cada uma delas tem abordagens diferenciadas para a interpretação dos significados nas mensagens: na reflexiva, a linguagem funciona como espelho que reflete o verdadeiro significado que já existe no mundo; na intencional, o falante impõe o significado através da linguagem; e, na abordagem construcionista, a linguagem é tomada como um produto social onde os significados são construídos através dos sistemas de representação. É nessa terceira visão que o autor encontra melhor ajuste à sua percepção da representação.

Conforme Hall (1997) não podemos confundir o mundo material, onde as coisas e as pessoas existem, e as práticas de simbolização e os processos através dos quais funcionam a representação, o significado e a língua. Para ele, não é o mundo material que transmite os

significados: é o sistema lingüístico ou qualquer que seja o sistema que estejamos utilizando para representar nossos conceitos que realiza esse trabalho.

O exemplo da linguagem dos semáforos, através dos significados atribuídos arbitrária e culturalmente às três cores (verde, amarelo e vermelho), é utilizado pelo autor para se referir ao fato de que o sentido se dá pela distinção entre as funções atribuídas a cada cor, ainda que isto originalmente não esteja associado às cores. São significados construídos e partilhados socialmente.

Fechando as discussões desse ponto, Hall (1997) enfatiza que não há qualquer relação simples de reflexão, imitação ou correspondência um-a-um entre a linguagem e o mundo real. O significado só acontece em função de convenções associadas à linguagem que, por sua vez, funciona como sistema de codificação do mundo, reconhecido e aceito comunitariamente por cada cultura segundo suas especificidades. Ou seja, como enfatiza o autor, o significado é produzido pela prática, pelo trabalho da representação.

O legado de Saussure

A opção pela abordagem construcionista está explícita no destaque que Hall (1997) atribui à influência do lingüista suíço Ferdinand de Saussure sobre a discussão que envolve linguagem e representação. Considerado o “pai da lingüística moderna”, Saussure é reconhecido por Hall especialmente por sua contribuição na adaptação da análise semiótica do problema da representação a diversos campos culturais.

Uma das principais idéias desenvolvidas por Saussure foi a consideração do signo segundo dois elementos: a forma (significante) e a idéia ou conceito que é associada à forma (significado). Assim, fica claro que é a relação entre significante e significado que sustenta a representação, embora o suíço tenha reconhecido, de forma relacionada com o que se considera a noção de arbitrariedade do signo, que não há qualquer vínculo natural ou inevitável entre o significante e o significado.

É a noção de diferença, ou o conceito de oposições binárias, que será determinante para a formação do significado, de acordo com Saussure. Para produzir significados, os significantes têm de estar organizados em um sistema de diferenças, pois, são as diferenças entre os significantes que significam.

É complementar a esta concepção, a argumentação de Hall (1997) sobre a natureza difusa e inconstante do significado, onde a relação entre um significante e seu significado é o resultado de um sistema de convenções sociais específicas. Dessa forma, todos os

significados são produzidos na história e na cultura. Eles jamais podem ser estabelecidos, mas estão sempre sujeitos à mudança, tanto de um contexto cultural quanto de um período para o outro. Não há, portanto, um significado verdadeiro, único, imutável universal.

A partir disso, Hall (1997) ressalta a característica de instabilidade do significado, que será comparado por ele a um jogo ou a um deslizamento. Nesse jogo, novas interpretações podem assujeitar o significado constantemente, ligando-o a novas leituras de conceitos e/ou valores.

Reside aí a centralidade do trabalho de observação e interpretação: o leitor passa a ser tão importante quanto o escritor para a produção de significados. Cada significante imposto ou codificado com o significante tem de ser significativamente interpretado ou decodificado pelo receptor. Os signos que não tenham sido recebidos e interpretados de forma inteligível não são, de forma alguma, significativos (HALL, 1997).

Além dessa conclusão, outra importante contribuição de Saussure foi a divisão da língua em dois sistemas, a exemplo de como ocorreu com o signo. As regras e códigos gerais do sistema lingüístico – necessárias à estruturação da escrita e da fala formam a denominada *langue*. Já a produção de escrita e fala através desses recursos, Saussure chamou de *parole*. A principal consequência dessa estruturação é o entendimento da língua como um fenômeno social – porque necessita de códigos culturais partilhados para ser utilizada, já que os atos particulares não têm sentido se não estão inscritos no sistema reconhecido e compreendido socialmente como linguagem.

Hall (1997), porém, também critica o modelo de Saussure através de uma referência ao trabalho de Charles Peirce, o qual, para ele, deu maior atenção à relação entre significantes e significado. Essa relação, em certa medida, foi abandonada por Saussure que minimizou na língua e na linguagem seu caráter relacional e as implicações dessa consideração. Talvez muito em função de seu perfil estruturalista.

A atenção dada aos aspectos formais, acusa Hall (1997), desviou Saussure das características interativas e dialógicas da língua – a língua como realmente é usada, como funciona nas verdadeiras situações, no diálogo entre os diferentes tipos falantes. Conforme o autor, a língua não é um objeto que possa ser estudado com a precisão legislatória de uma ciência e o significado é algo que continua sendo produzido através da língua em formas que jamais poderão ser previstas de antemão. Para Hall (1997), Saussure pode ter sido tentado àquela visão porque, como bom estruturalista, tinha a tendência de estudar o

estado do sistema lingüístico de determinado momento, como se estivesse parado e ele pudesse deter o fluxo de mudança da língua.

Da língua à cultura: lingüística à semiótica

O desenvolvimento da semiótica, a partir dos estudos de Saussure, é apontado por Hall (1997) como fundamento para a abordagem da língua e do significado, tornando possível aplicar um modelo de representação numa ampla cadeia de objetos e práticas culturais. Para ele, foi Saussure quem trouxe o entendimento do significado para um contexto mais abrangente, alargou o conceito de signo, trouxe as noções de denotação (nível descritivo) e conotação (vinculação dos signos a temas culturais), balizando a interpretação culturalista dos processos sociais.

O desdobramento conotativo, a partir de então, ganhou uma dimensão diferenciada com as análises do francês Roland Barthes, que percebeu nesse nível a imbricação de fragmentos da ideologia. Tendo pela denotação uma proximidade com o consenso sobre o significado, na conotação acontece uma interpretação dos signos em termos mais vastos da ideologia social – crenças, sistemas conceituais e de valor da sociedade. Ela é um nível de significação mais geral, global e difuso. Esses significados têm uma comunicação direta com a cultura, com o conhecimento e com a história. E é através deles que o mundo ambiental da cultura invade o sistema de representação.

O crítico francês desenvolveu uma série de estudos sobre representações visuais, alguns apresentados por Hall (1997), que consideram o modelo lingüístico de Saussure, embora de forma mais ampla. O ensaio *Myth today*, de Barthes, é lembrado por Hall em função da análise de uma capa da revista francesa *Paris match*, ilustrada por um jovem soldado negro, com o uniforme francês, saudando a bandeira da França. Essa análise conduz ao conceito que Barthes chama de mito – um segundo nível de significação caracterizado pela conotação, mas ainda dependente do primeiro nível, caracterizado pela denotação.

No segundo estágio, conforme Hall (1997), esta mensagem, a mensagem ou signo completado, é ligada a um segundo conjunto de significados – um tema ideológico. O primeiro significado funciona como um significante do segundo estágio do processo de representação e, quando vinculado pelo leitor ao tema mais amplo, rende uma segunda mensagem ou significado mais elaborado e ideologicamente estruturado.

Tal assertiva representa a passagem do nível denotativo para o conotativo, mas com a necessidade de compreensão de uma contextualização política, filosófica e principalmente histórica dos signos presentes, para que se empreenda a interpretação.

Discurso, poder e sujeito

Nesse ponto da obra, Hall (1997) sustenta de imediato que o projeto de uma ciência do significado é altamente improvável. Diz ele que significado e a interpretação pertencem irrevogavelmente ao lado interpretativo das ciências humanas e culturais, cujo tom da discussão – sociedade, cultura, o sujeito humano – não é receptivo para uma abordagem positivista. Para ele, cada vez mais vem se reconhecendo a natureza necessariamente interpretativa da cultura e o fato das interpretações nunca produzirem um momento final de absoluta verdade.

Aqui a discussão das representações frente a relações de poder e o aprofundamento da noção de sujeito, baseada fundamentalmente em Michael Foucault, passa a nortear a estruturação de algumas premissas básicas ao desenvolvimento da reflexão de Hall (1997).

É de responsabilidade de Foucault a colocação do sujeito como ponto central no manuseio e funcionamento da linguagem (diferente do que propunha a abordagem semiótica de Saussure), bem como a consideração da influência do poder sobre o discurso e a conseqüente formação de conhecimento. O trabalho de Foucault atentou muito mais às especificidades históricas do que à abordagem semiótica; mais às relações de poder do que às relações de significado. A abordagem discursiva da representação, baseada em Foucault, será especialmente interessante para Hall (1997) em três aspectos: o conceito de discurso, a questão do poder/conhecimento, e a questão do sujeito.

Discurso, para Foucault, diz respeito a um grupo de declarações que proporcionam uma língua para se falar – uma forma de representar o conhecimento acerca de determinado tópico em determinado momento histórico. O discurso, dessa forma, tem a ver com a produção de conhecimento através da língua, mas uma vez que todas as práticas sociais transmitem significados, e os significados moldam e influenciam o que fazemos – nossas condutas – todas as práticas têm um aspecto discursivo (HALL, 1997).

Já a formação discursiva, também um conceito central para essa abordagem, é compreendida como o conjunto de referências unificadas em torno de um mesmo objeto e estilo que sustenta uma estratégia, um padrão institucional ou administrativo. Assim, podemos afirmar que, o pensamento de Foucault é também de caráter construcionista, a

exemplo de Saussure, por compartilhar da idéia de que as coisas e ações físicas existem, mas só no discurso adquirem significado.

A ênfase à historização presente na teoria de Foucault é comparada por Hall (1997) ao caráter ahistórico da semiótica: o francês não acreditava que os mesmos fenômenos seriam encontrados em diferentes períodos históricos, mas sim, que cada época produzia o seu próprio discurso, carregado de significados, formas e práticas do conhecimento relacionadas ao contexto desse período, radicalmente diferente de outras épocas, e que não apresentam necessariamente continuidade através do tempo.

Em sua preocupação com a forma como o conhecimento era posto em funcionamento através das práticas discursivas, Foucault formulou o conceito de aparato institucional e suas tecnologias. Conforme ele, o aparato sempre é inscrito num jogo de poder, mas também sempre ligado a certas coordenadas do conhecimento onde são estratégias de relações de força que sustentam e que são sustentadas por tipos de conhecimento.

Embora o conceito de ideologia para Foucault guarde semelhanças com a noção de hegemonia do italiano Antonio Gramsci, o francês apresentou duas posições radicalmente novas. Primeiramente, a de que o conhecimento é sempre uma forma de poder, pois através do poder assume autoridade de verdade e a capacidade de tornar-se verdadeiro. Essa reflexão conduziu Foucault a elaborar o conceito de regime de verdade, sustentado pelo discurso que detém o poder em cada época histórica.

Depois vem uma concepção inteiramente nova de poder, disposto e exercido através de uma organização em rede. Na rede o poder circula, não está posicionado e nem é exercido de cima para baixo, conforme o entendimento clássico. Nesse entendimento, as relações de poder passam a permear todos os níveis da existência e, portanto, funcionam em todos os pontos da vida social – tanto nas esferas privadas quanto nas esferas públicas. Assim, o poder não é apenas negativo, reprimindo o que busca controlar. Também é produtivo, atravessa e produz as coisas, induz prazer, formas de conhecimento, produz discursos. Ele, o poder, precisa ser pensado como uma rede produtiva que corre por todo o corpo social.

Isso é o que ficou conhecido na obra de Foucault como a “microfísica do poder” – uma circulação permanente de sentidos através de circuitos, mecanismos e táticas que penetram profundamente na sociedade por meio das relações de poder. Hall (1997) lembra, no entanto, que uma das principais críticas à teoria foucaultiana é a tendência ao

relativismo pela minimização dos aspectos relacionados à influência de fatores materiais, econômicos e estruturais no funcionamento do poder e do conhecimento.

Onde está o sujeito?

Ao iniciar a investigação sobre o sujeito, Hall (1997) primeiro situa as concepções de Saussure – que preferiu priorizar a língua. Depois de Foucault que, apesar de também buscar entender o que é o discurso como produtor de conhecimento, dedicou-se ao aprofundamento da noção de sujeito, mesmo não o considerando central para o trabalho de representação.

Conforme Hall (1997), os sujeitos podem produzir determinados textos, mas eles funcionam dentro dos limites da episteme, a formação do discurso, o regime de verdade, de determinado período e cultura. De fato, para ele, uma das proposições mais radicais de Foucault é a seguinte: o sujeito é produzido no discurso. Portanto, este sujeito do discurso não pode estar fora do discurso, pois precisa estar sujeitado ao próprio discurso.

Uma das principais premissas necessárias ao acompanhamento da teorização de Foucault é a questão do sujeitamento. Segundo ele, as formas de poder, os sistemas culturais acabam, de uma forma ou de outra, transformando os indivíduos em sujeitos. Dessa forma, a própria noção de sujeito, assim como a de discurso, passa a ser historicizada em um nível bastante radical. Complementando, Hall (1997) enfatiza a propriedade do discurso de, ao mesmo tempo em que produz sujeitos, determinar um lugar a ser ocupado por esse sujeito – são as posições a partir de onde são compreendidos o conhecimento particular e o significado do sujeito.

Segundo Hall (1997) essa abordagem traz implicações radicais para uma teoria da representação, pois sugere que os próprios discursos constroem as posições de sujeito a partir das quais esses se tornam significativos e efetivos. Para ele, os indivíduos podem até se distinguir por suas características étnicas, raciais, de classe social e gênero (entre outros fatores), mas não conseguem ter significado a não ser quando se identificam com as posições construídas pelo discurso (sujeitas àquelas – as posições, às regras deste – o discurso). É somente assim que eles, os sujeitos, tornam-se os sujeitos de seu poder/ conhecimento.

Para tentar esclarecer a complexidade da questão, o autor apresenta a seguir uma análise empreendida pelo próprio Foucault sobre a pintura *Las meninas*, do pintor espanhol Velásquez, acabando por reforçar algumas percepções como: a representação funciona

tanto através do que é mostrado quanto do que não é mostrado (questão do silenciamento constitutivo); e, os sujeitos adotam posições determinadas pelo discurso, que, por sua vez, delimitam também os significados, inclusive para o sujeito.

O texto ainda segue com a anexação de seis leituras utilizadas como exemplos por Hall (1997) durante toda a reflexão, detalhando análises do trabalho da representação em diferentes contextos visuais e verbais. São elas: *Language, reflection and still life* (Norman Bryson); *The world of wrestling, Myth today e Rhetoric of the image* (Roland Barthes); *News reflections on the revolution our time* (Ernesto Laclau e Chantal Mouffe); e *The performace of hysteria* (Elaine Showalter).

É possível dizer, por fim, que, além de trazer um texto rico na recuperação da evolução histórica do estudo da linguagem, Hall (1997) nos convida a um exercício permanente de reflexão sobre a prática da representação, ou sobre o trabalho resultante da representação como o próprio título da sua obra sugere. Uma reflexão que desestabiliza noções consolidadas pela própria cultura e que desafia o pesquisador em comunicação a aprofundar sua análise, se estiver propondo-se a trabalhar com o sentido, numa busca de algo complexo e em permanente mutação.

Referências bibliográficas

HALL, Stuart. “The work of representation”. In: HALL, Stuart (org.) *Representation. Cultural representation and cultural signifying practices*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.